

Cláudia Leitão

Gestora Cultural. Ex-secretária de Cultura do Ceará

“Na cultura, um dos problemas da tradição brasileira é ter um estado que chegou antes da sociedade. Chegou de caravela.”

Entrevista realizada por Fabio Maleronka Ferron e Sergio Cohn no dia 14 de junho de 2010, em São Paulo.

Cláudia Leitão

Se mesmo nas grandes capitais brasileiras o acesso a bens culturais é regalia para poucos, imagine em pequenas cidades do interior. À frente da Secretaria de Estado da Cultura (2003-2006), Cláudia Leitão olhou para o interior do Ceará e constituiu um dos mais inovadores projetos de gestão. Criou um trabalho itinerante de formação, institucionalização e acesso a recursos. “Passamos dois anos criando condições institucionais, logísticas e de interlocução com o interior. A gente precisava criar uma política de editais, oferecer visitas técnicas, ajudar o pequeno museu e o pequeno centro cultural quando ele existisse.”

A convite de Cláudia, o então recém-empossado ministro da Cultura, Gilberto Gil, fez um dos seus primeiros discursos. Foi justamente no Seminário Cultura XXI, o primeiro passo de um plano de trabalho para a gestão cultural do estado. O carro-chefe do trabalho foi o autoexplicativo programa intitulado Valorização das Culturas Regionais. “Em regiões que nunca tiveram acesso a nada, gestão cultural no campo público é também ação civilizatória”, justifica.

Cláudia Leitão entende que o modelo de Secretaria de Cultura que existe hoje funciona à mercê de “lobbies poderosos”. “É preciso desmistificar a lógica canhestra de imaginar que uma secretaria é refém de dez cineastas, 20 artistas plásticos, 50 literatos de plantão ou dos que têm acesso à mídia.” Formada em direito e em educação artística, com mestrado em sociologia do direito e doutorado em sociologia pura, é atualmente conselheira do Programa Cultura Viva e pertence à Rede de Estudos em Políticas Culturais (Redepcult).

Como você começou na área cultural e chegou a ser gestora?

Fiz duas graduações e não imaginava que um dia teria uma síntese hegeliana nas minhas formações. Fiz direito e música. Ao longo da vida, na infância e na juventude, fiz parte de um grupo de música antiga, de medieval até barroca. Fiz conservatório, estudei contraponto, harmonia, participava dos festivais de música de Campos do Jordão com o Eleazar de Carvalho, nosso grande maestro cearense. Cantei a 9ª Sinfonia de Beethoven, toquei com a orquestra, Concerto Brandeburguês de Bach. Enfim, tive uma formação muito erudita. Depois, fiz mestrado na Universidade de São Paulo (USP) em sociologia do direito e fiz doutorado em sociologia pura na Sorbonne, em Paris. Estava indo para o mundo acadêmico, mas a minha relação com as artes sempre foi muito próxima, por influências familiares e pelo meu próprio gosto. Tive uma experiência interessante antes de ser secretária de Cultura ao dirigir o Senac no Ceará. Comecei a trabalhar com a profissionalização também voltada a algumas profissões artísticas, já entendendo cultura em uma perspectiva mais

antropológica – incluindo as profissões criativas como gastronomia, design e outras –, como depois até o ministério adotou com a administração do Gilberto Gil. Também sou professora do mestrado de políticas públicas e sociedade da Universidade Estadual do Ceará. Sempre me interessei pela questão da gestão. Venho das ciências sociais básicas, mas acabei nas aplicadas. A minha relação com a cultura vem da minha vida profissional e acadêmica. Um dia fui convidada para ser secretária de Cultura do Ceará.

Como foi?

Foi um choque! Exatamente porque eu estava no Senac naquele momento, montando vários projetos apaixonantes. Estava muito encantada com essa questão da educação profissional e tecnológica. E foi quando o então governador Lúcio Alcântara me convidou para a secretaria. Não tenho nenhuma relação política, não sou filiada a partido algum, não tenho nenhuma aptidão ou competência para política partidária. Sou professora. Mas acabei aceitando o cargo. E o primeiro grande choque que vivi nesse lugar foi na posse, porque o colega que havia deixado o mandato não apareceu! Fui a única secretária que não teve passagem de cargo. Comecei a perceber que era uma área especial. A cultura era uma área muito mais difícil do que as outras, porque sempre teve poucos recursos, mas muita vitrine. Era uma secretaria com aspectos muito peculiares. A gente quando cita determinadas secretarias, menciona o tempo do mandato, no caso da cultura cita-se o nome do gestor! É um trabalho muito personalista. No começo tive dificuldade com isso, mas resolvi fazer um grande encontro. Disse para o governador: “Temos que fazer uma espécie de conferência, fazer um grande debate. Vamos chamar isso de Cultura XXI e convocar todo mundo para conversar. Precisamos ter um diagnóstico da situação da cultura”. Eu era tão neófito, tão ingênua, que resolvi chamar o ministro. Resolvi chamar o Brasil e o Brasil veio (*risos*). Mas eu não estava preparada para receber o Brasil, muito menos o ministro Gilberto Gil, que disse que foi o primeiro convite que ele recebeu. Ele também estava em Brasília em março de 2003, meio que à espera de agir e recebeu esse meu ofício que dizia: “Ministro, estou fazendo um seminário para discutir cinco pilares que me parecem importantes para começar um trabalho de gestão cultural, de formação de política pública”.

Quais foram esses pilares?

No primeiro dia, a gestão. No segundo, a questão de legislação, incluindo as leis de incentivo. No terceiro, patrimônio. No quarto, a municipalização e a

cultura. E, por fim, a economia da cultura e o trabalho. O governador dizia: “Mas é muito tempo! Tem conversa para todos esses dias?”. Claro que tinha. Convidei o ministro para vir no dia da municipalização. Tenho a impressão que foi o primeiro discurso do ministro Gilberto Gil no governo Lula. Aconteceu no Ceará, em uma quinta-feira à noite, com o teatro lotado. Ele fez o primeiro discurso colocando a plataforma do que seria o governo Lula na cultura – estou falando de março de 2003. Esse discurso depois saiu em uma coleção chamada Cadernos do Do-In Antropológico [*material lançado pelo MinC em 2004, com 10 dos principais artigos de Gil sobre temas como: patrimônio histórico, cinema, arquitetura e Congresso Nacional*]. Havia muita afinidade nas nossas falas. A gente precisava pensar cultura de forma mais ampla, porque eu ouvi durante a vida inteira, como professora, doutora, pesquisadora de universidade, que o povo do Ceará não tem cultura! Essa é a visão quando se associa cultura à cultura acadêmica, erudita. Eu dizia que era um absurdo pensar isso, porque o Nordeste é o epicentro da cultura da América Latina. É tão importante quanto o Vale Sagrado dos Incas, no Peru. A gente não se dá conta do potencial cultural magnífico da região. O sentido de cultura sempre é associado, tanto para os discursos do senso comum quanto para os discursos das nossas elites, como a cultura erudita, a cultura do estudo. E eu e minha equipe pensamos a cultura pelo lado da inclusão, como um instrumento da cidadania. Além disso, a gente precisava pensar também a questão da economia da cultura de uma forma profissional, dotar os profissionais do campo da cultura, torná-los menos amadores e mais profissionais. Na época, diziam que eu, a “secretária do PSDB” era muito liberal, porque falava que cultura era também emprego e renda. Quando vi o discurso do Gil em março, percebi que a gente teria um grande trabalho juntos. A Secretaria de Estado do Ceará não teria nenhuma dificuldade em trabalhar com o governo federal, embora eu representasse ali um partido de oposição. Mas essa oposição nunca se colocou. Quando o ministro chegou para o discurso, o governador falou uma frase muito simpática: “Ministro, seja bem vindo ao Ceará: aqui somos do partido das culturas”. Estabeleceu-se a partir dali uma amizade e uma cumplicidade em projetos de parceria. Muitos projetos surgiram ao mesmo tempo, às vezes até antes. Criamos, por exemplo, a Capital da Cultura no Ceará antes de o ministério fazer. Criamos uma lei dos mestres da cultura popular que acabou dando origem à Ação Griô, dos Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva. O Agentes de Leitura, que criamos no Ceará, é hoje um programa federal. Várias coisas foram feitas a quatro mãos entre nós.

Como você avalia a gestão cultural no país?

Hoje a gente fala em economia criativa e indústria criativa. A gestão cultural deveria se ampliar e ser apropriada por outros ramos de gestão pública nesse país. Temos algo a ensinar para a gestão pública brasileira. Evidentemente, há vários impeditivos dessa gestão cultural, porque a cultura é um produto completamente diferente dos demais. Quando a gente pega, por exemplo, a Lei 8.666 para trabalhar uma licitação, a gente começa a perceber que a nossa área é muito difícil no sentido de como licitar determinados produtos. Há quem diga que as Oscips [*Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público*] e as OSs [*Organizações Sociais*] não são constitucionais e que vão acabar, mas não acredito nisso. São instrumentos interessantes e que merecem uma análise menos partidária. De início, esses modelos foram repudiados pelos partidos de esquerda, o PT, por exemplo. Então, estavam associados ao PSDB. Depois também pelo PT. Ou seja, é como se você tomasse um tipo de organização e partidarisasse esse modelo. Oscips e OSs não pertencem ao PSDB ou ao PT, é um formato de gestão não estatal que pode ser muito interessante, porque o direito administrativo brasileiro tem tudo para entristecer o gestor. A gestão pública no Brasil é atravancada por um direito que parte da desconfiança de quem é gestor. Ser gestor hoje no Brasil significa que, se você tiver inovado, se tiver uma obsessão pela atividade fim e não tiver parado na atividade meio, na burocracia, você vai pagar por isso. Você vai ter um tribunal de contas que vai te colocar vários processos nos quais você vai ter que defender a inovação. No Ceará, entre 2003 e 2006, nós inovamos no sentido da gestão. Criamos um plano estadual de cultura. Acredito em gestão e planejamento estratégico. Não se improvisa. É preciso ter metas estabelecidas, poucos programas, mas que se trabalhe esses programas, chegue-se a resultados. A gente queria fazer um trabalho de interiorização, formular políticas de cultura que fossem capazes de dar voz e vez às diversas regiões do estado, por isso fizemos um programa chamado Valorização das Culturas Regionais. Esse programa foi o carro-chefe da nossa gestão para fazer tudo isso, chegar a municípios como Salitre, o mais pobre e de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Ceará. Você cava e só sai água salgada, não serve nem para o gado. O Ceará é um estado muito pobre. Como é que a gente pode pensar em inclusão social por meio da cultura? Todas as secretarias de Cultura do Brasil ficam, em geral, em prédios tombados pelo patrimônio histórico em bairros de classe média alta ou em casas que têm um valor arquitetônico reconhecido, mas não há nenhuma capacidade de gestão para chegar à ponta. Quando a gente fala de municipalização, a gente tem que ter instrumentos. O direito admi-

nistrativo e constitucional brasileiro não nos permitem chegar! As formas de chegar são jurisprudenciais, não são legais. Tenho certeza que fiz uma gestão honesta, mas tenho mais de 20 processos contra mim, tendo que explicar o que fiz. Portanto, em nome da criatividade do gestor brasileiro, precisamos transformar o aparato jurídico. Porque cultura não é como licitar carteira de escola, leito de hospital ou lotes de vacina.

Você foi responsável por uma revolução no modo de pensar a cultura no Ceará. Como foi essa experiência? Qual foi o diferencial?

As secretarias de Cultura praticamente não existem no Brasil. No ano em que cheguei ao governo, tive a sorte de o governador ter separado as secretarias de Cultura e de Desporto. A Secretaria de Cultura do Ceará é a mais antiga secretaria cultural do Brasil. Pouca gente sabe disso, mas ela é de 1968. Foi criada por um militar iluminista que percebeu a importância da cultura para a gestão. Chamava-se coronel Virgílio Távora. Ele criou uma das primeiras secretarias de Planejamento do país, foi ministro do Getúlio Vargas. Outra coisa, precisamos desmistificar essa lógica canhestra de se imaginar que uma Secretaria de Cultura precisa ser refém de um grupo de dez cineastas, 20 artistas plásticos, 50 literatos, romancistas de plantão, os que têm acesso aos jornais, à mídia. Assim vivem os gestores de cultura pública nesse país, acossados por estes lobbies poderosos, que são os que dominam as leis de incentivo, os que têm contato e que chantageiam os departamentos de marketing dos bancos. Aliás, essas coisas só se pensam, não se falam alto. Ao final do Seminário Cultura XXI, que aconteceu em 2003, fizemos um planejamento estratégico e saímos com um plano de cultura. Esse plano virou livro, foi distribuído no Brasil todo, mandei logo para o ministério, dizendo: “Preciso criar um chão institucional para dizer onde estamos indo. E estamos indo para o interior do Ceará, doa a quem doer”. Por uma questão estratégica, resolvemos nos aproximar do turismo. Precisava que o prefeito entendesse que a cultura podia se tornar um instrumento econômico, e ele só entendia isso quando a gente falava em turismo cultural. Aí ele começa a entender que a cultura pode ter um papel maior do que somente as festas do padroeiro, as festas do município ou as datas patrióticas. Porque, em geral, como a cultura está junto da educação, ela serve a isso. Do outro lado, ela serve ao serviço social, que é o mais perigoso dos perigosos problemas da cultura. Na maioria das vezes, ao vincular um produto de cultura às secretarias de ação social, o produto é da pior categoria, sem qualidade. É o coral desafinado, é a peça de teatro que não vale nada, é o produto de cultura feito de forma “filantrópica”. Quando a

gente caminhou para essa associação com o turismo, criamos regionalmente o secretário de Turismo. E tinha também que romper com esse conceito equivocado do turismo. Pensa-se o turismo enquanto marketing; o sonho de qualquer Secretaria de Turismo é participar de uma feira internacional, vender em um stand o Brasil estereotipado para a Finlândia ou para Barcelona. Eu andava com a equipe de turismo e cultura pelo interior. Criamos fóruns regionais em todo o estado. Foi uma grande mudança, tínhamos um fórum que era itinerante. Todos os municípios participavam. Era um momento em que se colocava o hotel do litoral do Ceará para conversar com a associação dos jangadeiros. Nesses fóruns a gente tinha a presença do Sebrae, do Banco do Nordeste, do Sesc, do Senac, das associações, dos artistas. Eles começaram a funcionar todos os meses. Aquilo embalou, cresceu, e aí começamos a levantar as vocações culturais de cada região. A gente sabia que só precisava de um tempo para convencer o governador de que a gente precisava sair da secretaria de Fortaleza e fazer uma secretaria itinerante – era esse um dos nossos maiores projetos dentro do Programa de Valorização de Culturas Regionais. Passamos dois anos criando as condições institucionais, logísticas, de interlocução com o interior. A gente precisava criar uma política de editais, oferecer visitas técnicas, ajudar o pequeno museu, o pequeno centro cultural quando ele existisse. A gente precisava conhecer minimamente e ter um mapeamento desse campo cultural. Como fazer tudo isso? Tendo um projeto. Nos primeiros dois anos, a gente entendeu territorialmente o estado com a sua diversidade regional. Entendi o que eram Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Inhamuns, Cariri, Vale do Acaraú, Vale do Jaguaribe. Fizemos um projeto chamado Cultura em Movimento – Secult Itinerante. Passei dois anos convencendo o governador de que a gente precisava de recursos. Ele me ajudou, consegui captar muita coisa e não dava para abrir mão disso. Não temos recursos próprios, não somos capazes de fazer mover satisfatoriamente uma máquina pública, então fazia bons projetos e também ia para as antessalas de marketing das empresas com os projetos do Ceará. Tripliquei em um ano o que o Ceará captava. Não captava quase nada e soube que agora voltou a captar quase nada de novo. Quando há recursos, tudo bem, mas quando não têm, precisa captar. Também perguntavam: “Mas é papel do Estado produzir evento?”. Se não há produção lá, é sim. No começo é preciso uma ação pedagógica. Em regiões que nunca tiveram acesso a nada, gestão cultural no campo público é também uma ação absolutamente pedagógica, civilizatória. A gente tem que ir em direção às carências – e fomos. Criamos o Festival de Música na Ibiapaba, o Festival Internacional de Trovadores e Repentistas do

Sertão Central, a Mostra Cariri das Artes, o Festival de Bandas de Música de Câmara do Centro-Sul e Vale do Salgado, o Festival dos Inhamuns de Circo Bonecos e Artes de Rua, o Encontro dos Mestres do Mundo do Vale do Jaguaribe, o Festival de Dança do Litoral Oeste, a Festa do Livro e da Leitura do Litoral Oeste. Ou seja, em dois anos, tínhamos ações estruturantes em todas as regiões em função de suas vocações. Nesses festivais tínhamos uma lógica tripartite: um terço do dinheiro era do Fundo Estadual de Cultura (FEC), outro terço eu captava nas estatais brasileiras, e o último terço era escambo. Eu chamava os prefeitos, começava a criar cooperativas culturais e dizia: “Prefeito, o senhor sozinho não pode nada, mas regionalmente a gente pode muito. Não quero dinheiro seu, mas quero parceria. Preciso de lugar para dormir, de restaurante, de apoio de transporte”. Ou seja, com escambo, eu fechava um orçamento para viabilizar que aqueles festivais acontecessem. Foi assim que a gente começou a ter uma agenda cultural no Ceará.

Foi uma gestão bem atuante.

Criamos subsistemas de cultura, sistema estadual de teatros, de museus, de ciências culturais, de bibliotecas, de bandas. Os programas acabam, as políticas são muito vulneráveis, mas as leis ficam até que sejam modificadas ou revogadas. Mas lei é melhor do que programa, do que política – torne a política uma lei e ela sobreviverá. Consegui muitos adeptos na Assembleia Legislativa do Estado, e fomos aprovando com alguma facilidade muita legislação de cultura. Uma das coisas das quais mais me orgulho da nossa gestão é a legislação.

Quais leis?

Criamos o Sistema Estadual de Cultura, que estabelece uma política afirmativa que nenhum estado tem. Temos o Fundo Estadual de Cultura (FEC), que diz que pelo menos 50% dos recursos têm que ir para o interior do estado. Isso foi um escândalo! É muito justo que esses 50% dos recursos vão para o interior, porque é política pública do estado. Não éramos uma Secretaria Municipal de Cultura, muito menos de um bairro! Isso foi um escândalo, mas a lei está lá. Quando criamos a Lei dos Mestres da Cultura no primeiro ano, eu dizia: “Somos o país do patrimônio imaterial. Nossa maior riqueza cultural é vinculada ao patrimônio imaterial, são as nossas festas, os nossos saberes e fazeres tradicionais, mas não havia nada de apoio a isso”. Fui procurar uma legislação estadual ou municipal de apoio a essa expressão cultural e não havia nenhuma. A primeira Lei dos Mestres da Cultura do Brasil é do Ceará. Aprova-

da e regulamentada. Havia uma em Pernambuco, que nunca tinha sido regulamentada. Depois que a nossa lei foi criada, foi uma avalanche. Hoje, existem várias leis municipais e estaduais para o patrimônio imaterial, esses saberes ancestrais.

Como protegê-los?

A gente começou por uma coisa emergencial. Estou falando de gente que tem uma média de 80 anos e que está morrendo de fome. Conseguimos garantir sobrevivência financeira, e uma primeira ação de preocupação na transmissão, ou seja, enquanto o mestre tem condições, ao ser chamado pelo Estado, ele vai trabalhar no processo de transmissão do saber. Ele já é mestre onde mora, porque repassa seu conhecimento para a sua vizinhança, mas nós criamos situações específicas, como o Encontro dos Mestres do Mundo, em que a gente trazia mestres do Japão, da Índia, do México e juntava com os do Cariri, de Minas Gerais.

Como era esse Encontro dos Mestres do Mundo?

Esse festival veio para dar uma espécie de base estruturante para a lei. A gente queria dar visibilidade a esses mestres, porque nossos recursos eram pequenos. Começamos com a legislação de um edital para selecionar 12 mestres por ano, quase nada, mas o bastante para criar um instrumento de marketing, um calendário. De janeiro a dezembro, a gente distribuía calendários para todo o estado e para fora, com a carinha e a beleza de cada mestre. Foi nosso primeiro marketing. Criamos uma legislação toda voltada para a questão do registro: o livro do patrimônio imaterial, o livro do registro dos mestres. Encontrar a forma de pagar, por exemplo, foi uma luta. Dentro do direito administrativo, como pagar e não criar vínculo empregatício com essas pessoas? A primeira lei era voltada ao mestre como pessoa física, depois a lei foi sendo ampliada para grupos. Chegamos a prever, no último ano do governo, que a legislação deveria apoiar também comunidades, porque aí há uma propriedade intelectual coletiva. Lembro-me das bordadeiras de labirinto de Aracati e das paneleiras. É uma legislação que está nesse momento em franca discussão no Brasil, a questão da propriedade intelectual sobre isso. Sabe o que o Brasil mais faz culturalmente? Borda. Do Oiapoque ao Chuí. Que política de cultura, que política pública, a gente tem para o artesanato brasileiro? Não tem. Precisaria ter, porque se temos essa atividade que é reconhecida no território brasileiro, ela precisa de apoio. Quem ganha dinheiro? O atravessador, não a pessoa ou o grupo que faz. Quando falo em proteção, é no sentido de conseguir estabelecer os elos da cadeia produtiva.

Como unir a forte cultura tradicional do Ceará com a consolidação

formal dos gestores municipais?

Quando saímos com a secretaria, pensamos em alguns braços fundamentais para a gestão e a consolidação de políticas. O braço formação significa que tínhamos uma cesta básica de cursos que eram oferecidos em função da vocação daquela região. Todas as regiões tinham certos cursos: educação patrimonial – para entender o que significa esse patrimônio material e imaterial e como se proteger, por exemplo, dos padres que pegam as igrejas do interior do Brasil, derrubam a parede, azulejam e arrancam o chão de madeira; gestão e produção cultural – para incentivar a concorrência aos editais, nós ensinávamos a fazer design para joias porque no centro do Ceará há uma vocação joalheira pela existência de pedra semipreciosa; e ainda cursos de audiovisual, de histórias em quadrinhos, de dança, de música. Os cursos foram oferecidos durante todo esse programa de dois anos. Havia também uma área de difusão, que era uma tentativa de formação de plateia. Como eu fazia isso no interior? Com circos. Eles serviram para o começo do censo e do mapeamento que a gente fez do estado todo. Fizemos um censo artístico e chegamos a levantar 40 mil artistas no estado, levantando as informações do que ele fazia, onde ele estava. Foi um censo feito ao longo da caminhada. Dentro do circo havia toda uma programação voltada para a descoberta dos talentos do lugar. O próprio município descobria os seus talentos que não sabia que tinha. Também havia uma área de institucionalização. Fomos a todas as Câmaras de Vereadores levando o Sistema Nacional de Cultura.

Como você fazia essa institucionalização?

Mais do que isso: eu explicava, dava uma aula-espetáculo, levava PowerPoint, botava um filme. Abria a Câmara de Vereadores e explicava o que era uma Secretaria de Cultura, o que era o Sistema Nacional de Cultura, o que era um fundo. Fazíamos cartilhas para facilitar a vida dos vereadores, dos prefeitos, da população em geral. A gente tinha uma cartilha de investimentos culturais para mostrar onde há dinheiro para a cultura. A gente mostrava as leis municipais, estaduais, federais de incentivo ou de investimento em cultura para facilitar a compreensão do produtor e do artista do município. O meu papel nas câmaras era criar secretarias. Tinha um projeto chamado Mil e Uma Histórias, em que colhemos relatos que fomos ouvindo ao longo da caminhada. Isso virou livro, virou DVD. Eram histórias contadas por pessoas, por vaqueiros, por pessoas do interior. Levávamos exposições, inauguramos o ato de fazer uma exposição e de viver uma exposição em um país que não sabe nem o que significa o termo exposição. Levamos o artista plástico Aldemir Martins para a cidade onde ele nasceu, no interior cearense.

O que tem de curioso na sua gestão é você fazer a produção antes de criar a gestão. Você não fez política de dentro do gabinete?

Praticamente não estive no gabinete. O Gilberto Gil vinha muito ao Ceará e eu nunca estive com ele em um ambiente com ar-condicionado. Sempre estávamos no chão do sertão, andando. Ele via as coisas acontecendo e dizia: “Quer dizer que uma itinerância pode ser uma coisa boa?”. E eu: “Acho que é o melhor formato”. Lançamos os editais em que 50% dos recursos eram para o interior, mas não tinha projeto no interior. Ninguém sabia fazer! Aí as pessoas de Fortaleza queriam a minha cabeça, porque diziam: “O dinheiro está sobrando e nós não podemos ter acesso a ele”. Eu dizia que precisava de tempo, e corríamos para fazer cursos de projeto, para que as pessoas comessem a fazê-los. Devagarzinho a gente foi começando a ver as diversas regiões concorrerem e ganharem os editais. Pegávamos o município de maior população e colocávamos a secretaria. Ficávamos ali por dois meses, depois íamos para outra região. A maior parte das pessoas não quer só dinheiro, quer ajuda, informação. Elas querem uma visita técnica, amparo do Estado. Tínhamos que chegar a essas pessoas e envolvê-las em formação para que pudessem organizar os seus acervos – falando especificamente da área de museus. No final de tudo, as secretarias estavam sendo criadas e encaminhadas. O que me impressionava nessa incursão com toda a equipe no interior é que em nenhum momento tive dificuldade no discurso da cultura, de convencer ou de ser eloquente com qualquer prefeito de qualquer partido. Quando começamos, havia menos de 30 secretarias de Cultura no Ceará. Quando saí, em 2006, havia 100. O Ceará foi o estado em que os 184 municípios que o formam aderiram ao Sistema Nacional de Cultura. Uma pesquisa do IBGE de 2007 deu esses dados. Era o estado com mais secretarias, mais conselhos, mais leis municipais, mais tudo. A Isaura Botelho, grande assessora do ministério, me passou números da cultura no Brasil atual. Em 2009, o Ceará já perdeu dois terços do que a gente havia construído. Isso é muito importante para o novo gestor, que está chegando, entender as fragilidades dessas políticas, dessas construções institucionais.

Como fazer para que as políticas deixem de ser de governo e passem a ser de Estado?

Você sabe que eu penso nisso todo dia? Porque a única forma de tornar política de Estado é com uma sociedade forte. E isso só se dá com um sistema nacional, com conselhos municipais. Construímos tudo isso com essas populações, mas elas são frágeis. O novo governo não manteve isso aceso, não con-

tinuou esse trabalho. E rapidamente ele se desconstruiu. Lógico que alguma coisa fica, mas é um trabalho sisífico.

Ao mesmo tempo, não se jogou tudo ao mar.

Exato. Não é ruim, mas para o que já foi, não é o ideal. Mesmo fora da secretaria, eu continuo recebendo muitos emails do interior do Ceará e me disseram que Juazeiro do Norte tinha acabado com a secretaria de Cultura. Era chamada de Secretaria de Cultura de Romaria. Uma coisa linda! Imagine: a terra do Padre Cícero Romão Batista não vai ter secretaria cultural? É uma decisão do prefeito. E os vereadores são muito frágeis. Vocês precisam conhecer os municípios do Brasil. Muitos prefeitos não moram nos seus municípios. As Câmaras de Vereadores raramente abrem. Nós ainda não somos republicanos, são meras estruturas formais. A gente precisa tornar isso vivo. Para isso, precisamos de uma sociedade minimamente instituída. O problema é que a nossa tradição brasileira é a de um Estado que chegou antes da sociedade. Chegou de caravela.

Para assistir essa entrevista em vídeo:

<http://www.producaocultural.org.br/slider/claudia-leitao/>